



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

# CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

## CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2020

### CARGO:

# ANALISTA DE GESTÃO FISCAL

## (NÍVEL SUPERIOR)

**Língua Portuguesa:** 01 a 10 ; **Matemática:** 11 a 15 ;  
**Conhecimentos Gerais:** 16 a 20 ; **Conhecimentos Específicos:** 21 a 40.

#### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

#### Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

## QUESTÕES DE 01 A 10 - LÍNGUA PORTUGUESA

O trecho a seguir foi extraído da obra *Eurico*, o Presbítero, escrita por Alexandre Herculano. Leia-o atentamente para responder as próximas questões.

*“Para as almas demasiadamente grosseiras, o celibato do sacerdócio não passa de uma condição, de uma fórmula social aplicada a certa classe de indivíduos cuja existência ela modifica vantajosamente por um lado e desfavoravelmente por outro. A filosofia do celibato para os espíritos vulgares acaba aqui. Aos olhos dos que avaliam as coisas e os homens só pela sua utilidade social, essa espécie de insolação doméstica do sacerdote, essa indireta abjuração dos afetos mais puros e santos, os da família, é condenada por uns como contrária ao interesse das nações, como danosa em moral e em política, e defendida por outros como útil e moral. Eu, por minha parte, fraco argumentador, só tenho pensado no celibato à luz do sentimento e sob a influência da impressão singular que desde verdes anos fez em mim a idéia da irremediável solidão da alma a que a igreja condenou os seus ministros, espécie de amputação espiritual, em que para o sacerdote morre a esperança de completar a sua existência na terra. Suponde todos os contentamentos, todas as consolações que as imagens celestiais e a crença viva podem gerar, e achareis que estas não suprem o triste vácuo da soledade do coração. Dai às paixões todo o ardor que puderdes, aos prazeres mil vezes mais intensidade, aos sentidos a máxima energia e convertei o mundo em paraíso, mas tirai dele a mulher, e o mundo será um ermo melancólico, os deleites serão apenas o prelúdio do tédio”*

*(Prólogo do autor, com adaptações)*

1. Em relação à interpretação do texto selecionado, pode-se afirmar que, para o autor:

- a) a questão do celibato deve ser avaliada apenas com base em sua utilidade social.
- b) a vantagem do celibato é evidente, pois ele estudou o tema sob todos os aspectos.
- c) o celibato é aceitável, pois traz vantagens e desvantagens na mesma proporção.
- d) sob a ótica do sentimento, o celibato é negativo, pois priva o homem da mulher.

2. No trecho em que o autor afirma que “a filosofia do celibato para os espíritos vulgares acaba aqui”, a expressão “espíritos vulgares” diz respeito a:

- a) especialistas da igreja.
- b) entidades demoníacas.
- c) leigos no assunto.
- d) movimentos anticlericais.

3. Em dado momento de sua reflexão sobre a questão do celibato, Alexandre Herculano emprega a expressão “verdes anos”, que nesse contexto diz respeito à:

- a) beleza feminina.
- b) condição do sacerdote.
- c) época medieval.
- d) juventude do autor.

4. No texto selecionado, aparece uma vez a palavra “idéia”, cuja grafia, com base no Novo Acordo Ortográfico, estaria:

- a) incorreta, pois prescinde-se do acento agudo nas vogais tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas.
- b) correta, pois recebem acento agudo as palavras paroxítonas que apresentam na sílaba tônica vogais abertas.
- c) correta, pois é facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo.
- d) incorreta, pois não se acentuam graficamente os ditongos representados por ei e oi da sílaba tônica das paroxítonas.

5. Na conclusão do trecho selecionado, o autor argumenta que, sem a mulher, “o mundo será um ermo melancólico”. Marque a alternativa que indica a figura de linguagem empregada nessa oração.

- a) Catacrese.
- b) Ironia.
- c) Metáfora.
- d) Paradoxo.

Considere o texto a seguir, extraído de uma carta escrita pelo orador brasileiro Rui Barbosa em 1911, para responder as próximas questões.

*“Civilismo quer dizer ordem civil, ordem jurídica, a saber: governo da lei, contraposto ao governo do arbítrio, ao governo da força, ao governo da espada. A espada enche hoje a política do Brasil. O furor dos partidos tem posto muitas vezes os seus adversários fora da lei. Mas, perante a humanidade, perante os direitos dos povos civilizados, perante as normas fundamentais do nosso regime, ninguém, por mais bárbaros que sejam os seus atos, decai do abrigo da legalidade. Todos se acham sob a proteção das leis, que, para os acusados, assenta na faculdade absoluta de combaterem a acusação, articularem a defesa, e exigirem a fidelidade à ordem processual. Esta incumbência, a tradição jurídica das mais antigas civilizações a reservou sempre ao ministério do advogado. A este, pois, releva honrá-lo, não só arrebatando à perseguição os inocentes, mas reivindicando, no julgamento dos criminosos, a lealdade às garantias legais, a equidade, a imparcialidade, a humanidade”.*

*(Carta a Evaristo de Moraes, com adaptações).*

6. Em relação à interpretação do texto, identifique a afirmação INCORRETA.

- a) Dentre as atribuições dos advogados, está a de combater a acusação.
  - b) Merecem ser postos fora da lei os que incorrem em crime de corrupção.
  - c) O autor faz uma crítica à situação política no Brasil de sua época.
  - d) Para o autor do texto, é fundamental que as leis valham para todos.
- 

7. Logo no início do texto, Rui Barbosa apresenta possíveis definições para o conceito de “civilismo”. Marque a opção que NÃO apresenta uma dessas definições.

- a) Ordem civil.
  - b) Governo da lei.
  - c) Ordem jurídica.
  - d) Governo do arbítrio.
- 

8. Ao afirmar que “a espada enche hoje a política do Brasil”, Rui Barbosa emprega a palavra “espada” em sentido:

- a) literal.
  - b) irônico.
  - c) figurado.
  - d) paradoxal.
- 

9. No texto, ocorre o termo “eqüidade”, o qual, com base nas normas do Novo Acordo Ortográfico, deveria ser grafado:

- a) com trema, pois é palavra derivada de nome próprio estrangeiro.
  - b) sem trema, pois foi inteiramente suprimido em palavras portuguesas.
  - c) com trema, indicando a separação de duas vogais que formam ditongo.
  - d) sem trema, como exceção à nova regra, que prevê o seu emprego generalizado.
- 

10. Um dos argumentos de Rui Barbosa, que aparece na parte final do texto, é que ao advogado “relewa honrá-lo”. Marque a alternativa que NÃO apresenta um termo que poderia substituir o termo “relewa” no texto, sem alterar o sentido pretendido pelo autor.

- a) conduz
  - b) cumpre
  - c) importa
  - d) convém
- 

## QUESTÕES DE 11 A 15 - MATEMÁTICA

11. A soma entre dois números é igual a 25. O produto entre esses mesmos dois números é 156. Qual o resultado da diferença entre o maior desses dois números e o menor?

- a) 1.
  - b) 2.
  - c) 4.
  - d) 8.
- 

12. Densidade é a razão entre a massa de um material e seu volume. Considerando que  $1 \text{ m}^3$  equivale ao volume de um cubo de 1 m de aresta, qual o valor equivalente a  $1 \text{ g/cm}^3$ , em  $\text{kg/m}^3$ ?

- a)  $0,001 \text{ kg/m}^3$ .
  - b)  $0,01 \text{ kg/m}^3$ .
  - c)  $100 \text{ kg/m}^3$ .
  - d)  $1000 \text{ kg/m}^3$ .
- 

13. Qual a altura de um triângulo equilátero de lado 10 cm?

- a) 5 cm.
  - b)  $5\sqrt{2}$  cm.
  - c)  $5\sqrt{3}$  cm.
  - d)  $10\sqrt{3}$  cm.
- 

14. Sobre polígonos convexos, é CORRETO afirmar que:

- a) O perímetro de qualquer polígono convexo é determinado pela soma de todos os seus vértices.
  - b) Um polígono convexo é aquele que possui ângulos internos maiores que  $180^\circ$ .
  - c) Um pentágono regular pode ser dividido em cinco triângulos equiláteros.
  - d) O número de diagonais de um polígono convexo pode ser maior ou menor que a quantidade de lados que possui.
- 

15. Em uma fábrica de calças jeans trabalham 15 pessoas cortando e costurando as calças. Em um dia comum, em que todos trabalham oito horas, são produzidas 180 calças. Em um cenário com apenas oito pessoas, trabalhando apenas seis horas, quantas calças seriam produzidas em um dia?

- a) 60 calças.
  - b) 72 calças.
  - c) 90 calças.
  - d) 128 calças.
-

**QUESTÕES DE 16 A 20 -  
CONHECIMENTOS GERAIS**

16. Em novembro do ano passado, o Congresso Nacional promulgou uma emenda ao texto constitucional relativa à Reforma da Previdência. A esse respeito, marque a alternativa que NÃO indica uma das novas regras introduzidas por essa reforma.

- a) Tempo mínimo de contribuição.
- b) Fixação de idade mínima para se aposentar.
- c) Novo cálculo para o valor da aposentadoria.
- d) Aplicação imediata e retroativa das novas regras.

17. Considere a análise a seguir, a respeito da concepção econômica do ministro da Economia, Paulo Guedes, e marque a opção que preenche corretamente a lacuna.

*“A montagem do primeiro escalão da equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro mostra um alinhamento de ideias. Grande parte do grupo segue as teorias da chamada \_\_\_\_\_, criada na década de 1950 e considerada um dos berços do liberalismo econômico. Essa vertente defende o livre mercado, com a menor presença estatal possível. Liberdade de preços, abertura econômica, redução de impostos e privatizações estão entre as principais teorias defendidas”.*

*(Portal Metrôpoles, 24/11/2018, com adaptações).*

- a) Teoria Marxista
- b) Visão Keynesiana
- c) Escola de Chicago
- d) Economia Planificada

18. No final do ano passado, um novo tipo de coronavírus foi identificado no mundo, após casos registrados pela primeira vez na China. Em relação a esse novo coronavírus, identifique a afirmação INCORRETA.

- a) Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias.
- b) Covid-19 foi o nome dado oficial à doença causada pelo novo coronavírus.
- c) Os principais sintomas do novo coronavírus são tosse e erupções cutâneas.
- d) A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida.

19. A análise a seguir diz respeito a um dos maiores nomes da literatura brasileira, considerado também um dos principais responsáveis pela difusão da cultura nordestina em todo o país. Marque a alternativa que indica de quem se trata.

*“Ele é a prova de que uma cultura vasta e o conhecimento das grandes tradições da arte ocidental parecem ser a melhor base para a criação de uma obra essencialmente brasileira. Nascido e criado no Nordeste, sua obra dramática foi desde o início influenciada tanto pelo teatro de mamulengos e pela literatura de cordel, quanto por tudo que ele conhecia do teatro universal. Com o tempo, ele se dedicou fundamentalmente àquelas expressões de suas origens, integrando-as com as formas eruditas que lhe pareciam ser o melhor caminho para se conseguir estabelecer uma comunicação plena entre a riqueza regional e o total do Brasil contemporâneo. Desde cedo, a forma dramática foi sua favorita, e sua obra teatral é vasta. No entanto, ele pagou o preço de ter todas as peças que escreveu comparadas ao ‘Auto da Compadecida’, sua obra-prima, um dos raríssimos clássicos da dramaturgia brasileira”.*

*(O Globo, 07/23/14, com adaptações).*

- a) Luís de Camões.
- b) Ariano Suassuna.
- c) Machado de Assis.
- d) Miguel de Cervantes.

20. Considere atentamente a análise a seguir, a respeito de um importante conceito da atualidade, e marque a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

*“Em documento publicado recentemente, o Fundo Monetário Internacional identificou quatro aspectos distintivos da \_\_\_\_\_: o comércio e transações financeiras internacionais, a internacionalização do capital e do investimento, a mobilidade das pessoas e a disseminação do conhecimento. Mais concretamente, o documento entende esse processo como resultante do desenvolvimento humano e do progresso tecnológico, que se traduzem num aumento de integração das economias de todo o mundo. Porém, trata-se apenas de uma visão econômica do conceito: na verdade, estamos perante um fenômeno tão amplo e tão transversal, um termo ao mesmo tempo tão cirúrgico e tão genericamente utilizado, tão descaracterizado e até desgastado, que circunscrevê-lo não é fácil”.*

*(Trecho com adaptações).*

- a) Ecologia.
- b) Globalização.
- c) Sustentabilidade.
- d) Crise Econômica.



**QUESTÕES DE 21 A 40 -  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais. O processo de evolução da contabilidade do setor público deve ser analisado de forma histórica e contextualizada com o próprio processo de evolução das finanças públicas. Nesse sentido, o primeiro marco histórico foi a edição da Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma administração financeira e contábil sólidas no País, tendo como principal instrumento o orçamento público. Deste modo, o orçamento público ganhou significativa importância no Brasil. Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP), de modo a interpretar corretamente as informações contábeis. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o aspecto que compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução, é denominado:

- a) Orçamentário
- b) Patrimonial
- c) Fiscal
- d) Controle

22. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, são pessoas jurídicas de direito público que possuem competência tributária, ou seja, uma parcela do poder tributário. Mas a Constituição Federal brasileira, ao mesmo tempo em que outorga a cada uma dessas entidades a competência para criarem impostos, limita-lhes o poder de tributar, através de seus artigos 150 a 152. Sendo assim, o poder de tributar destes entes não é absoluto. De acordo com a Constituição Federal, considere:

I - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

II - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal.

III - É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

IV - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

23. De acordo com o código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) As associações; as sociedades; as autarquias; os condomínios; os partidos políticos; as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- b) As associações; as sociedades; o empresário individual; as organizações religiosas; os partidos políticos; as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- c) As associações; as sociedades; as autarquias; as organizações religiosas; os partidos políticos; o empresário individual.
- d) As associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; os partidos políticos; as empresas individuais de responsabilidade limitada.

24. A evidenciação auxilia a entidade a cumprir os objetivos das demonstrações contábeis, que é fornecimento de informações úteis sobre a entidade ou órgão público que elabora demonstrações contábeis, voltadas para os usuários dessas demonstrações para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability). A evidenciação das principais classes de receita auxilia os usuários a realizar julgamentos mais informados sobre a exposição da entidade a fluxos específicos de receita. Dessa forma, a entidade deve evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis:

I - As políticas contábeis adotadas para o reconhecimento de receita de transações sem contraprestação.

II - Para as principais classes de receita de transações sem contraprestação, as bases pelas quais o valor justo do ingresso de recursos foi mensurado.

III - Para as principais classes de receita tributária que a entidade não pode mensurar de maneira confiável durante o período no qual o fato gerador ocorre, a informação sobre a natureza do tributo.

IV - A natureza e o tipo das principais classes de heranças, presentes e doações, demonstrando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

25. Sobre as receitas e as despesas públicas, analise as afirmativas a seguir:

I - A liquidação da despesa consiste no ato emanado por autoridade competente, que cria para a Administração Pública uma obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

II - A receita orçamentária, segundo a categoria econômica, divide-se em dois grupos: correntes e de capital.

III - Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

IV - Pertencem ao exercício financeiro, as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

26. Um dos problemas básicos de qualquer governo é que as necessidades sociais que ele precisa atender são imensas, frente aos recursos de que dispõe. Por isso, o governo precisa planejar suas despesas e eleger prioridades. Em relação ao processo orçamentário, considere:

I - O processo orçamentário compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada uma dessas leis tem ritos próprios de elaboração, aprovação e implementação pelos Poderes Legislativo e Executivo.

II - A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

III - É no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Federal. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento, mas nem tudo é feito pelo Governo Federal. As ações dos governos estaduais e municipais devem estar registradas nas leis orçamentárias dos Estados e Municípios.

IV - O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal. O PPA objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: Despesas com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Concessão de Garantias e Contratação de Operações de Crédito.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

27. A execução orçamentária e financeira ocorre concomitantemente, por estarem atreladas uma a outra. Havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa. Por outro lado, pode haver recurso financeiro, mas não se poderá gastá-lo, se não houver a disponibilidade orçamentária. Executar o Orçamento é, portanto, realizar as despesas públicas nele previstas, seguindo à risca os três estágios da execução das despesas previstos na Lei nº 4320/64. Em relação aos estágios da despesa orçamentária pública, considere:

I - Conforme previsto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

II - O pagamento da despesa refere-se ao terceiro estágio e será processada pela Unidade Gestora Executora no momento da emissão do documento Ordem Bancária (OB) e documentos relativos a retenções de tributos, quando for o caso. O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

III - O empenho representa o primeiro estágio da despesa orçamentária. É registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra e amortização da dívida.

IV - O empenho ordinário é utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

28. De acordo com a Constituição Federal, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) Pelo Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas da União, pelo sistema de controle interno e pelo Ministério Público.
- b) Pelos tribunais de conta de cada estado, mediante controle interno.
- c) Pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- d) Pelo Congresso Nacional, mediante auxílio do Tribunal de Contas da União, e pela Controladoria Geral da União.

29. O Tribunal de Contas do Paraná é o órgão responsável pela fiscalização do uso do dinheiro público, do Estado e dos 399 Municípios paranaenses, em complemento à atividade fiscalizadora do Poder Legislativo (Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores). Além de controlar todo volume de dinheiro público investido pelo governo do Paraná e prefeituras, o TCE também informa à comunidade o resultado destas contas públicas, isto é, se o dinheiro público foi aplicado corretamente e se os serviços oferecidos à população têm qualidade. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, considere:

I - O Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, integrado por 5 (cinco) Conselheiros e com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tem sua competência definida nas Constituições Federal e Estadual e em sua Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005.

II - Compete ao Tribunal Pleno, entre outras funções, julgar as contas prestadas anualmente pelos chefes dos órgãos do Poder Legislativo Estadual, do Poder Judiciário Estadual, do Ministério Público, dos Secretários de Estado e demais gestores da administração pública direta e indireta estadual, incluindo as autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista, Serviços Sociais Autônomos e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual.

III - O Tribunal de Contas dividir-se-á em 2 (duas) Câmaras deliberativas, compostas cada uma por 3 (três) Conselheiros, com exclusão do Presidente do Tribunal de Contas.

IV - Compete às Câmaras, apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, mediante emissão de parecer prévio e julgar as contas prestadas anualmente pelos Presidentes das Câmaras Municipais.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

30. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, considere:

I - São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

II - A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos doze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

III - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

IV - É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

31. O Município de Mandirituba, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do estado e por Lei orgânica. De acordo com a Lei orgânica do município de Mandirituba, compete ao município:



- a) Legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- b) Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- c) Fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.
- d) Conceder licença para localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços.

32. De acordo com o regimento Interno da Câmara Municipal de Mandirituba, considere:

I - É dever do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município, propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do município e de sua população.

II - A Mesa Executiva, composta somente pelo Presidente e 1º Secretário, é órgão permanente de direção administrativa e financeira do Poder Legislativo do Município.

III - As Sessões da Câmara Municipal poderão ser preparatórias, ordinárias, extraordinárias e solenes.

IV - Recebidas as contas prestadas pelo Prefeito, pelas entidades de administração indireta e pela Comissão Executiva da Câmara, acompanhadas do Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara determinará a publicação do Parecer prévio, no Edital da câmara, fornecendo cópias aos Vereadores.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

33. De acordo com o Regime jurídico dos funcionários públicos do Município de Mandirituba, são formas de provimento de cargo público:

- I - Nomeação, promoção e ascensão.
- II - Transferência e readaptação.
- III - Reversão e Reintegração.
- IV - Aproveitamento e Recondução.

De acordo com as afirmativas acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

34. A Lei complementar nº 6, de 21 de agosto de 2015, dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Quadro Geral da Administração Direta Municipal de Mandirituba. De acordo com a lei, poderá participar das promoções os servidores:

I - Estável que estiver no exercício de seu cargo efetivo.

II - O servidor estável ocupante de cargo comissionado, função de chefia ou designado para o desempenho de função especial, independentemente da correlação com o cargo efetivo.

III - Servidor estável cedido a outros órgãos da administração pública direta ou indireta do Município, de outros Municípios, do Estado do Paraná e/ou da União Federal por interesse público devidamente justificado.

IV - Que estejam em disposição funcional para outros órgãos e entidades a pedido expresso do servidor.

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

35. No que diz respeito à Lei Orgânica do município de Mandirituba, compete ao Município instruir os seguintes tributos:

I - Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

II - Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

III - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

IV - Serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar.

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

36. A Lei 8.666/93 foi criada para determinar as normas usadas para licitações e contratos de órgãos públicos do Brasil. Em seu Artigo 55, a lei descreve quais são as cláusulas necessárias para um contrato administrativo. Em consonância com a lei, são cláusulas necessárias em um contrato administrativo:

I - A natureza do contrato.

II - O objeto e seus elementos característicos.

III - O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

IV - A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

37. Despesa orçamentária pública é aquela executada por entidade pública e que depende de autorização legislativa para sua realização. Os arts. 12 e 13 da Lei nº 4.320/1964, tratam da classificação da despesa orçamentária por categoria econômica e elementos. De acordo com a Lei 4.320/1964, são despesas correntes consideradas transferências correntes os gastos com:

- a) Serviços de Terceiros
- b) Juros da Dívida Pública
- c) Material de Consumo
- d) Pessoa Civil

38. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. De acordo com o Código Civil, são bens públicos:

- I - Os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.
- II - Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- III - Os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- IV - Os de uso misto, assim considerados aqueles que possuem natureza pública e particular.

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

39. O objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é fornecer informação sobre a entidade que seja útil aos usuários para propósitos de prestação de contas ou tomada de decisão. De acordo com a Lei 4.320/1964, assinale a opção que indica a demonstração contábil aplicada ao setor público que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias e os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

- a) Balanço Financeiro
- b) Balanço Patrimonial
- c) Balanço Orçamentário
- d) Demonstrativo das Variações Patrimoniais

40. A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais. Nos termos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público visa a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento do aspecto:

- a) Fiscal
- b) Financeiro
- c) Orçamentário
- d) Patrimonial

## GABARITO

**PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40